

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Tecidos Santanense (“Companhia”) é uma companhia aberta, cujas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob as siglas “CTSA3” e “CTSA4”. A Companhia é controlada pela Oxford Comércio e Participações S.A. (“Oxford”) e sediada na avenida Osmane Barbosa, número 1.235, em Montes Claros, MG. A Companhia e a controlada Santanense Argentina S.A. têm por objetivo social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. A Companhia possui ainda a controlada operacional, Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda., cujo objetivo é a administração de imóveis para investimento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de novembro de 2021.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, bem como as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicadas às informações trimestrais - ITR.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 30 de setembro de 2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional das suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira da sucursal Argentina incluídos nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia possuem moeda funcional diferente da moeda de apresentação e são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do período como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros.

Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes a fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia adotou a mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Investimentos--Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido da controlada sediada no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como "Outros resultados abrangentes" na demonstração do resultado abrangente.

(i) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando atendem os critérios para capitalização.

(j) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados

abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do período.

(k) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	<u>Vida útil</u>
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Usina hidroelétrica (Pequena Central Hidroelétrica)	25 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 15 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(l) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustado a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

(m) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(n) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros-- Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do período. As perdas com estes ativos, reconhecidas em outros períodos, poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do período e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(o) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para a controlada sediada no exterior, a alíquota de imposto é de 35%.

(p) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(q) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são

reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(r) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(s) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não possui potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(t) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(u) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(v) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.2.c e nº 4), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.2.k e nº 8), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.2.n, nº 5.a, nº 8 e nº 9), valor justo de propriedades para investimento (notas explicativas nº 2.2.j e nº 7), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.2.r e nº 16), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.2.o e nº 14), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.2.b e nº 17) e outras similares.

De acordo com os Ofícios Circulares emitidos pela CVM no exercício de 2020/2021 e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos do COVID-19, revisamos nossas estimativas contábeis relacionadas acima e mencionamos as nossas avaliações nas respectivas notas, quando aplicável, como também, efetuamos nossa avaliação sobre o período de nove meses de 2021 em razão dessa realidade econômica. A Companhia está operando normalmente desde

meados de setembro de 2020 e não tem expectativa de perdas na realização de seus ativos e em sua rentabilidade para o próximo período.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e de suas controladas Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“Santanense Empreendimentos”) e Santanense Argentina S.A., das quais possui 100% do capital social. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementadas com a eliminação do investimento na empresa controlada, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

O efeito da variação cambial para os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e apresentado como “Outros resultados abrangentes” na demonstração do resultado abrangente. As práticas contábeis da controlada sediada no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora.

As demonstrações contábeis intermediárias da empresa controlada sediada no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Peso Argentino vigente em 30 de setembro de 2021, de R\$0,0551 (R\$0,0618 em 31 de dezembro de 2020) e pela média mensal para as contas de resultado.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Depósitos bancários	2.624	2.498	2.624	2.498
Operações compromissadas	1.351	1.841	1.390	1.864
Depósitos no exterior	-	-	7	8
Cambiais a liquidar	13.625	8.467	13.625	8.467
	-----	-----	-----	-----
	17.600	12.806	17.646	12.837
	=====	=====	=====	=====

4. DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora e consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Clientes no mercado interno	125.329	106.711
Clientes no mercado externo	54.240	28.125
	-----	-----
	179.569	134.836
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(19.932)	(19.932)
	-----	-----
	159.637	114.904
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 87 dias (87 dias em 31 de dezembro de 2020).

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato da composição da carteira de clientes da Companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 3.088 clientes ativos em 30 de setembro de 2021 e apenas dois clientes representam 3% ou mais da receita de vendas ou do contas a receber.

A composição das contas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Não houve mudança significativa na composição das contas a receber por idade de vencimento durante o período findo em 30 de setembro de 2021.

Em 30 de setembro de 2021, considerando os recebimentos e informações subsequentes à essa data até a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora e consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Saldo no início do período	(19.932)	(18.499)
Adições	-	(879)
Variação cambial	-	(554)
	-----	-----
Saldo no final do período	(19.932)	(19.932)
	=====	=====

5. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

a. Estoques

	Controladora e consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Matérias-primas e secundários	18.668	35.069
Produtos em elaboração	27.193	27.655
Produtos acabados	18.534	18.116
Peças de reposição	21.580	19.499
	-----	-----
	85.975	100.339
	=====	=====

Os grupos de estoques de matéria prima, secundários e produtos em elaboração possuem um baixo risco de perda, pois a conversão em produto acabado pode ser administrada. O grupo de estoque de produtos acabados é avaliado pela sua rentabilidade, e principalmente aqueles estoques considerados descontinuados e obsoletos. Em 30 de setembro de 2021, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses estoques. Os custos de ociosidade (inclusive as perdas em função do COVID-19), quando ocorrem, são reconhecidos diretamente no resultado do período e não são considerados no custo de produção.

b. Adiantamentos a fornecedores

Referem-se substancialmente a pagamentos efetuados pela controladora indireta à fornecedores de algodão, repassados para a Companhia a preço de mercado, entre outros adiantamentos, e serão entregues até 2023.

6. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Patri- mônio	Partici- pação	Resultado do	Total dos investimentos		Equivalência patrimonial	
	líquido	- %	período	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	30.09.2020
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda.	35.574	100	(591)	35.574	36.165	(591)	42
Santanense Argentina S.A.	(49)	100	-	(49)	(55)	-	-
				-----	-----	-----	-----
				35.525	36.110	(591)	42
				=====	=====	=====	=====

	31.12.2020	Equivalência patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	30.09.2021
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda.	36.165	(591)	-	35.574
Santanense Argentina S.A.	(55)	-	6	(49)
	-----	-----	-----	-----
	36.110	(591)	6	35.525
	=====	=====	=====	=====

	31.12.2019	Equivalência patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	30.09.2020
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda.	35.710	42	-	35.752
Santanense Argentina S.A.	(61)	-	(6)	(67)
	-----	-----	-----	-----
	35.649	42	(6)	35.685
	=====	=====	=====	=====

7. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	30.09.2021			31.12.2020
	Imóveis Itaúna (1)	Outros imóveis (2)	Total	Total
Custo residual do imóvel	1.250	3	1.253	1.272
Mais valia apurada	28.926	3.994	32.920	34.840
	-----	-----	-----	-----
Valor justo	30.176	3.997	34.173	36.112
	=====	=====	=====	=====

A movimentação dos saldos de propriedades para investimento é conforme segue:

	Imóveis Itaúna (1)	Outros imóveis (2)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	30.176	5.936	36.112
Baixas	-	(1.939)	(1.939)
	-----	-----	-----
Saldos em 30 de setembro de 2021	30.176	3.997	34.173
	=====	=====	=====

As propriedades para investimento não apresentaram movimentações no período de nove meses de 2020.

A Companhia obteve avaliações efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em "Outros resultados abrangentes", na categoria de itens que não afetarão o resultado no caso de avaliação inicial ao valor justo e no resultado do período quando apurada variação do valor justo a partir da segunda mensuração.

(1) Imóveis Itaúna: Em 2018, a controlada Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. deu início à elaboração de projeto conjunto com construtora parceira, para a instalação de loteamentos nos terrenos localizados na região de Itaúna, em Minas Gerais. A controlada prevê ceder seus terrenos para a instalação de loteamentos, em contrapartida à aproximadamente 36,5% de participação no valor total de vendas do referido loteamento, líquidos de impostos e comissões de venda. Com o direcionamento destes imóveis para este novo projeto, os valores dos terrenos foram transferidos para a rubrica "Propriedades para investimento", avaliados ao valor justo. Os valores apurados foram os seguintes:

	30.09.2021	31.12.2020
Custo residual do imóvel	1.250	1.250
Mais valia apurada (a)	28.926	28.926
	-----	-----
Valor justo (b)	30.176	30.176
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$1.947 (R\$1.947 em 31 de dezembro de 2020). Vide nota explicativa nº 14.b às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudos de avaliação efetuados por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2020. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a "abordagem de mercado" (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(2) Outros imóveis: Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento e são assim compostos:

	30.09.2021	31.12.2020
Custo residual do imóvel	3	22
Mais valia apurada (a)	3.994	5.914
	-----	-----
Valor justo (b)	3.997	5.936
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$269 (R\$398 em 31 de dezembro de 2020). Vide nota explicativa nº 14.b às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudos de avaliação efetuados por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2020. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

Em junho de 2021, foi realizada venda de imóvel situado em Pitangui – MG. O imóvel foi vendido por R\$1.147, com liquidação em 18 parcelas. Com a venda do imóvel, a controlada Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. apurou uma perda no valor de R\$834, apresentados na rubrica “Outras líquidas”.

8. IMOBILIZADO

	Taxa (*) %	Controladora e consolidado			
		30.09.2021			31.12.2020
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	-	950	-	950	1.440
Edifícios	2,3	54.332	(26.248)	28.084	26.385
Instalações	3,6	59.331	(35.601)	23.730	15.341
Máquinas e equipamentos	4,2	175.401	(120.663)	54.738	54.240
Usina hidroelétrica	3,1	20.482	(11.688)	8.794	8.925
Móveis, utensílios e outros	3,3	11.530	(9.852)	1.678	10.685
Obras em andamento	-	1.348	-	1.348	25.114
		-----	-----	-----	-----
		323.374	(204.052)	119.322	142.130
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

A Companhia possui apenas uma unidade geradora de caixa que contempla todos os seus ativos imobilizados e é representada basicamente por um único produto: “tecidos planos”.

Tendo em vista sua rentabilidade e geração de caixa, inclusive considerando os impactos do COVID-19, a Companhia não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Usina hidro-elétrica	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.440	26.385	15.341	54.240	8.925	10.685	25.114	142.130
Adições	-	-	10	208	307	152	287	964
Baixas líquidas (2)	(490)	(5.167)	(480)	(223)	-	(8.853)	-	(15.213)
Transferências								
- Imobilizado	-	7.830	10.481	5.423	-	319	(24.053)	-
- Bens cedidos em comodato	-	-	(46)	(156)	-	202	-	-
Depreciação do período	-	(964)	(1.576)	(4.754)	(438)	(827)	-	(8.559)
Saldo em 30 de setembro de 2021	950	28.084	23.730	54.738	8.794	1.678	1.348	119.322
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Usina hidro-elétrica	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.440	26.594	16.030	61.730	9.432	1.463	10.234	126.923
Adições	-	-	224	407	60	95	14.120	14.906
Baixas líquidas	-	-	(174)	(465)	-	(113)	-	(752)
Transferências								
- Imobilizado	-	767	119	1.243	1	(79)	(2.051)	-
- Peças de reposição	-	-	-	5.863	-	1.606	-	7.469
- Bens em comodato	-	-	-	(8.061)	-	8.061	-	-
Depreciação do período	-	(982)	(1.451)	(5.097)	(425)	(615)	-	(8.570)
Saldo em 30 de setembro de 2020	1.440	26.379	14.748	55.620	9.068	10.418	22.303	139.976
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Obras em andamento correspondem principalmente a modernização de máquinas e equipamentos.

(2) Em março de 2021, foi realizada venda de imóvel não operacional, contíguo à usina de pequeno porte da Companhia, denominado Fazenda dos Britos pelo valor de R\$7.550 á prazo. Com a venda do imóvel, a Companhia apurou resultado, antes dos impostos de R\$6.857 apresentados na rubrica “Outras, Líquidas”.

Em fevereiro de 2021, foi realizada a venda de estêreo de lenha em pé da Fazenda dos Britos, imóvel situado em Pará de Minas – MG, onde também estão instaladas as usinas da Companhia. Os ativos, representados por 333 hectares, foram vendidos para três contrapartes distintas pelo montante total de R\$7.493, com liquidação até janeiro/2023. Com a venda dos ativos, a Companhia apurou um ganho no valor de R\$6.857, apresentados na rubrica “Outras líquidas”.

Em maio de 2021, foi realizada venda de imóvel não operacional situado em Montes Claros – MG. Neste imóvel funcionou uma unidade de produção, tendo a produção sido consolidada em outras unidades industriais da Companhia, há aproximadamente um ano e meio. O imóvel foi vendido por R\$35 milhões, totalmente liquidados até julho de 2021. Com a venda do imóvel, a Companhia apurou resultado, antes dos impostos, no valor de R\$21.392, apresentados na rubrica “Outras líquidas”.

9. DIREITOS DE USO

A composição dos direitos de uso sobre arrendamentos contratados é como segue:

	Taxa (*) % a.a.	Controladora e consolidado			
		30.09.2021		31.12.2020	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	36,1	1.820	(1.718)	102	568
Veículos	66,7	1.124	(914)	210	286
		-----	-----	-----	-----
		2.944	(2.632)	312	854
		=====	=====	=====	=====

(*) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação dos saldos consolidados dos direitos de uso no período foi como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	568	286	854
Adições (1)	-	196	196
Amortização do período	(466)	(272)	(738)
	-----	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2021	102	210	312
	=====	=====	=====

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.194	165	1.359
Adições (1)	-	374	374
Amortização do período	(470)	(219)	(689)
	-----	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2020	724	320	1.044
	=====	=====	=====

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Mercado interno	87.533	41.966	87.533	41.966
Mercado externo	2.816	641	2.832	659
	-----	-----	-----	-----
	90.349	42.607	90.365	42.625
	=====	=====	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 62 dias (40 dias em 31 de dezembro 2020).

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Juros - % a.a.	Vencimento	Controladora e consolidado	
				30.09.2021	31.12.2020
Moeda estrangeira:					
Banco Safra S.A.	US\$	5,3	2022	17.865	16.410
ICBC do Brasil Banco Múltiplo S.A.	US\$	8,0	2021	22.667	44.096
				-----	-----
				40.532	60.506
Moeda nacional:					
Banco do Brasil - Finame	R\$	2,5 a 5,5	2023	547	855
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$	15,8	2022	818	819
Banco do Brasil - CDC	R\$	10,2 a 11,5	2022	19.682	19.632
Banco ABC do Brasil S.A.	R\$	4,9 + CDI	2024	55.256	63.980
Banco Safra S.A. - CCB	R\$	6,8 e 7,4 + CDI	2024	13.831	15.040
Banco do Brasil S.A. - CCB	R\$	294,0 do CDI	2022	15.105	37.242
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$	5,0 e 7,0 + CDI	2023	24.131	15.051
Banco Pine S.A.	R\$	8,3 + CDI	2021	1.680	5.685
Caixa Econômica Federal - CCB	R\$	166,3 do CDI	2022	7.514	12.885
Banco Sofisa S.A. - CCB	R\$	6,7 + CDI	2024	10.073	10.056
Banco BOCOM BBM - CCB	R\$	7,0 + CDI	2024	10.037	10.123
Banco ABC do Brasil - CCB	R\$	3,9 + CDI	2024	10.007	10.005
Outros	R\$	-	2021	1.091	1.253
				-----	-----
				169.772	202.626
Total				-----	-----
Circulante				210.304	263.132
				(139.403)	(189.822)
				-----	-----
Não circulante				70.901	73.310
				=====	=====

Os empréstimos são garantidos por aval, duplicatas a receber e imóveis no montante de R\$190.075 (R\$242.645 em 31 de dezembro de 2020).

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2021	2022		2023	2024	Total
		Curto prazo	Longo prazo			
Moeda estrangeira:						
Banco Safra S.A.	-	17.865	-	-	-	17.865
ICBC do Brasil Banco Múltiplo S.A.	22.667	-	-	-	-	22.667
	<u>22.667</u>	<u>17.865</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>40.532</u>
Moeda nacional:						
Banco do Brasil - Fname	102	308	103	34	-	547
Banco Fibra S.A. - CCE	8	810	-	-	-	818
Banco do Brasil - CDC	16.819	2.863	-	-	-	19.682
Banco ABC do Brasil S.A.	5.586	15.965	5.322	21.287	7.096	55.256
Banco Safra S.A. - CCB	736	7.143	714	2.857	2.381	13.831
Banco do Brasil S.A. - CCB	7.605	7.500	-	-	-	15.105
Banco Fibra S.A. - CCE	889	13.245	2.724	7.273	-	24.131
Banco Pine S.A.	1.680	-	-	-	-	1.680
Caixa Econômica Federal - CCB	2.756	4.758	-	-	-	7.514
Banco Sofisa S.A. - CCB	351	2.500	833	3.333	3.056	10.073
Banco BOCOM BBM - CCB	315	2.500	833	3.333	3.056	10.037
Banco ABC do Brasil - CCB	341	3.000	999	4.000	1.667	10.007
Outros	1.091	-	-	-	-	1.091
	<u>38.279</u>	<u>60.592</u>	<u>11.528</u>	<u>42.117</u>	<u>17.256</u>	<u>169.772</u>
Total	<u>60.946</u>	<u>78.457</u>	<u>11.528</u>	<u>42.117</u>	<u>17.256</u>	<u>210.304</u>

A movimentação consolidada dos empréstimos foi como segue:

	30.09.2021	30.09.2020
Saldo no início do período	263.132	218.211
Novas captações ou renovações	66.079	122.645
Juros provisionados	17.610	14.289
Amortização de principal	(120.389)	(119.894)
Pagamento de juros	(18.565)	(12.568)
Variação cambial	2.559	12.929
Encargos antecipados, líquidos	(122)	966
Saldo no final do período	<u>210.304</u>	<u>236.578</u>

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está representado como segue:

	Nº de ações	
	30.09.2021	31.12.2020
Ordinárias	38.041.111	38.041.111
Preferenciais:		
PN	73.258.019	73.256.792
PND	-	1.227
	-----	-----
	111.299.130	111.299.130
	=====	=====

Todas as ações são nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações preferenciais e preferenciais classe "D" não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação; e (b) direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2021, foi aprovada a conversão da totalidade das ações preferenciais classe "D" de emissão da Companhia em ações preferenciais, na proporção de 1 (uma) ação preferencial para cada 1 (uma) ação preferencial classe "D", conforme aprovado previamente na Assembleia Especial dos acionistas titulares de ações preferenciais classe "D", realizada na mesma data. Em 30 de abril de 2021, em Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, foi aprovada a efetiva conversão das referidas ações.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 25% do lucro líquido do período, ajustado conforme a legislação societária e o estatuto.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída anualmente nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

d. Reserva de benefícios fiscais

A reserva de isenção de impostos é constituída com base na redução de impostos estaduais.

e. Ajuste acumulado de conversão

É registrado como ajuste acumulado de conversão, a variação cambial de investimento no exterior, referente à controlada Santanense Argentina S.A.

f. Ajuste de avaliação patrimonial

É registrado como ajuste de avaliação patrimonial, o reflexo de controlada sobre a mais valia apurada no reconhecimento inicial das propriedades para investimento a valor justo, líquida de impostos (vide nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis intermediárias).

13. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Controladora:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS	129.207	77.844	-	-
Oxford Com. e Partic. S.A.	-	-	5.209	4.819
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	2.586	2.073
Coteminas S.A.	-	-	18.860	12.968
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	529	-
	-----	-----	-----	-----
	129.207	77.844	27.184	19.860
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS	129.207	77.844	-	-
Oxford Com. e Partic. S.A.	-	-	5.209	4.819
Coteminas Argentina S.A.	-	-	42	47
Coteminas S.A.	-	-	18.860	12.968
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	529	-
	-----	-----	-----	-----
	129.207	77.844	24.640	17.834
	=====	=====	=====	=====
Encargos financeiros				
receitas/(despesas)				
	30.09.2021	30.09.2020		
Consolidado				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS	9.203	5.259		
Oxford Com. e Partic. S.A.	(439)	(357)		
Coteminas S.A.	(1.044)	(1.745)		
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(15)	-		
	-----	-----		
Total	7.705	3.157		
	=====	=====		

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do recurso.

No período de nove meses de 2021, a Companhia adquiriu produtos intermediários da parte relacionada Coteminas S.A., no valor de R\$48.331 (R\$23.018 no mesmo período de 2020). As transações são efetuadas a preços de mercado.

A Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda. e a Companhia possuem contrato de locação do imóvel onde se situam os seus escritórios. No período de nove meses de 2021, foram efetuados pagamentos no valor de R\$475 (R\$383 no mesmo período de 2020).

Os valores totais pagos e provisionados a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração”. A Companhia não possui obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo aos diretores e pessoas-chave da Administração.

14. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

a. Conciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
Resultado antes dos impostos	35.867	(6.591)	35.881	(6.554)
Equivalência patrimonial	591	(42)	-	-
Subvenção para investimentos	-	(8.222)	-	(8.222)
Diferenças permanentes	(21)	125	(21)	125
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	36.437	(14.730)	35.860	(14.651)
Alíquota de 34%	(12.389)	5.008	(12.192)	4.981
Créditos fiscais não constituídos	-	-	-	27
Outras deduções líquidas	228	8	228	(29)
Ajuste ao lucro presumido	-	-	(211)	-
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	(12.161)	5.016	(12.175)	4.979
(-) Reversão de provisão IR/CS diferidos (1)	12.466	-	12.466	-
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	305	5.016	291	4.979
	=====	=====	=====	=====
Impostos correntes	(11.424)	-	(11.497)	(37)
Impostos diferidos	11.729	5.016	11.788	5.016
	=====	=====	=====	=====

(1) O Supremo Tribunal Federal – STF, em sede de repercussão geral declarou a inconstitucionalidade dos encargos de IR e CSLL incidentes sobre os juros (SELIC) recebidos pelos contribuintes sobre restituição de tributos.

b. Impostos diferidos

Os valores de impostos diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias da controladora e do consolidado, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis e prejuízos fiscais da controladora e de suas controladas e são compostos como segue:

	Saldos em 31.12.2020	Reconhecidos no		Saldos em 30.09.2021
		no resultado	patrimônio líquido	Outros
Consolidado:				
Imposto diferido ativo:				
Diferenças temporárias	2.052	218	-	-
Prejuízo fiscal, líquido	23.832	(4.992)	-	-
Reclassificações para apresentação de balanço (1)	(24.519)	16.503	-	-
	1.365	11.729	-	-
Imposto diferido passivo:				
Propriedades para investimento (2)	(2.345)	59	-	70
Diferenças temporárias	(24.519)	16.503	-	-
Reclassificações para apresentação de balanço (1)	24.519	(16.503)	-	-
	(2.345)	59	-	70
Total de impostos diferidos, líquido	(980)	11.788	-	70
	=====	=====	=====	=====
Total do ativo não circulante	1.365	11.729	-	-
Total do passivo não circulante	(2.345)	59	-	70
	=====	=====	=====	=====

(1) Reclassificações efetuadas para apresentação do balanço.

(2) Vide nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis intermediárias.

A Companhia, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados.

As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos como segue:

Ano	Consolidado		Total
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	
2021	2.270	783	3.053
2022	-	2.092	2.092
2023	-	3.855	3.855
2024	-	4.268	4.268
A partir de 2025	-	7.842	7.842
	2.270	18.840	21.110
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

c. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	19.342	17.409	19.342	17.409
Pis e Cofins a recuperar (*)	59.825	72.618	59.825	72.618
Imposto de renda e contribuição social antecipados	-	1.854	21	1.873
Outros	264	183	265	187
	-----	-----	-----	-----
	79.431	92.064	79.453	92.087
Circulante	(9.690)	(8.745)	(9.712)	(8.768)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	69.741	83.319	69.741	83.319
	=====	=====	=====	=====

(*) Inclui montante de R\$57.974 (R\$72.570 em 31 de dezembro de 2020) relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de PIS e COFINS. Do montante original dos créditos, R\$44.875 foram habilitados junto a Receita Federal para compensação, restando o valor de R\$41.643 para execução da sentença. Até 30 de setembro de 2021, foi compensado o valor de R\$28.080.

15. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Taxa % a.a.	Vencimentos	Controladora e consolidado	
			30.09.2021	31.12.2020
Imóveis	10,34	2021	117	627
Veículos	10,34	2022	219	293
			-----	-----
			336	920
Circulante			(312)	(883)
			-----	-----
Não circulante			24	37
			=====	=====

Os vencimentos dos arrendamentos são como segue:

	2021	2022		Total
		Curto prazo	Longo prazo	
Imóveis	119	-	-	119
Veículos	89	114	26	229
Total bruto	208	114	26	348
Ajuste a valor presente	(4)	(6)	(2)	(12)
Total de arrendamentos a pagar	204	108	24	336
	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos arrendamentos a pagar é como segue:

	30.09.2021			30.09.2020
	Imóveis	Veículos	Total	Total
Saldo no início do período	627	293	920	1.427
Adições	-	196	196	374
Encargos	31	26	57	95
Pagamentos	(541)	(296)	(837)	(782)
Saldo no final do período	117	219	336	1.114
	=====	=====	=====	=====

Os efeitos no resultado em 30 de setembro de 2021 e 2020 são como segue:

	Controladora e consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020
Arrendamentos pagos no período	837	782
Amortização de direitos de uso	(738)	(689)
Juros apropriados sobre arrendamentos	(57)	(95)
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	42	(2)
	=====	=====

A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, considerando os prazos vigentes nos contratos. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

16. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia possui processos tributários, cíveis e trabalhistas, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$7.299 (R\$7.306 em 31 de dezembro de 2020), R\$489 (R\$489 em 31 de dezembro de 2020), R\$77, respectivamente.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora e consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Processos fiscais:		
INSS	593	593
Imposto de renda	1.075	1.075
Trabalhistas	346	310
Cíveis e outras	154	154
	-----	-----
	2.168	2.132
	=====	=====
Depósitos judiciais relacionados		
aos processos acima	1.807	1.802
Outros depósitos judiciais	3.965	3.834
	-----	-----
	5.772	5.636
	=====	=====

INSS--Discussão administrativa referente a lançamento fiscal contra Companhia.

Imposto de renda--A Companhia questiona judicialmente a limitação de 30% nas compensações de prejuízos fiscais referentes ao ano calendário 1994.

Trabalhistas--A Companhia é polo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

As movimentações do saldo das provisões diversas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 31.12.2020	Adições	Baixas	Saldos em 30.09.2021
Processos fiscais:				
INSS	593	-	-	593
Imposto de renda	1.075	-	-	1.075
Trabalhistas	310	41	(5)	346
Cíveis e outras	154	9	(9)	154
	-----	-----	-----	-----
	2.132	50	(14)	2.168
	=====	=====	=====	=====

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia pode realizar operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
ATIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	17.600	12.806	17.646	12.837
Títulos e valores mobiliários (c)	1.940	-	1.940	-
Duplicatas a receber	159.637	114.904	159.637	114.904
Outros créditos a receber (c)	4.191	1.715	4.893	2.020
Títulos e valores mobiliários (nc)	-	1.894	-	1.894
Depósitos judiciais	5.772	5.636	5.772	5.636
Partes relacionadas	129.207	77.844	129.207	77.844
Outros créditos a receber (nc)	2.351	-	2.695	-
PASSIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	139.403	189.822	139.403	189.822
Fornecedores	90.349	42.607	90.365	42.625
Outras contas a pagar	13.833	12.844	13.833	12.844
Empréstimos e financiamentos (nc)	70.901	73.310	70.901	73.310
Partes relacionadas	27.184	19.860	24.640	17.834
(c) circulante				
(nc) não circulante				

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela Administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de que estão indexados por taxas flutuantes de juros (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao "valor justo por meio de resultado", todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao "Custo Amortizado". Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia. Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia são como segue:

Instrumentos financeiros	Controladora	
	30.09.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	13.625	8.467
Duplicatas a receber	54.240	28.125
Fornecedores	(2.816)	(641)
Empréstimos e financiamentos	(40.532)	(60.506)
Outras contas a pagar	(2.063)	(1.962)
	-----	-----
Total da exposição em Reais	22.454	(26.517)
	-----	-----
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	4.128	(5.103)
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte-americanos já contratados em 30 de setembro de 2021 são como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2021	Baixa do Dólar	7.792	116	(10.508)	(21.133)
2022	Baixa do Dólar	(3.664)	(475)	4.626	9.727
		-----	-----	-----	-----
		4.128	(359)	(5.882)	(11.406)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa.

O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma variação das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, reduzindo suas margens. Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não havia contratos em aberto, passíveis de flutuação de preço.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à CDI estão demonstrados na nota explicativa nº 11 e vencem substancialmente no curto prazo. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a exposição às variações de mercado nas taxas de juros do CDI, para os empréstimos contratados são como segue:

Descrição	30.09.2021			31.12.2020	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2024	10.611	52	-	10.663	12.360
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2024	12.127	58	-	12.185	14.125
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2024	13.643	65	-	13.708	15.892
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2024	12.127	58	-	12.185	14.053
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2024	6.482	33	-	6.515	7.550
(referência à nota explicativa nº 11)				55.256	63.980
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: março/2022	5.000	-	-	5.000	5.021
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: outubro/2024	8.810	21	-	8.831	10.019
(referência à nota explicativa nº 11)				13.831	15.040

Descrição	30.09.2021			31.12.2020	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 294,0% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: março/2022	15.000	105	-	15.105	37.242
(referência à nota explicativa nº 11)				15.105	37.242
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: janeiro/2022	5.000	72	-	5.072	15.051
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: agosto/2023	19.700	42	(683)	19.059	-
(referência à nota explicativa nº 11)				24.131	15.051
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: março/2021	-	-	-	-	653
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: dezembro/2021	1.667	13	-	1.680	5.032
(referência à nota explicativa nº 11)				1.680	5.685
Contrato de empréstimo -- Juros: 166,3% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal Vencimento: julho/2022	7.639	39	(164)	7.514	12.885
(referência à nota explicativa nº 11)				7.514	12.885
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,7% Contraparte: Banco Sofisa S.A Vencimento: novembro/2024	10.000	73	-	10.073	10.056
(referência à nota explicativa nº 11)				10.073	10.056
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BOCOM BBM Vencimento: novembro/2024	10.000	37	-	10.037	10.123
(referência à nota explicativa nº 11)				10.037	10.123
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A Vencimento: maio/2024	10.000	7	-	10.007	10.005
(referência à nota explicativa nº 11)				10.007	10.005
	147.806	675	(847)	147.634	180.067
	=====	=====	=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 30 de setembro de 2021, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio do principal	Cenários		
			Provável	II	III
2021	Alta do CDI	135.556	3.248	4.085	4.650
2022	Alta do CDI	98.551	9.904	14.712	16.756
2023	Alta do CDI	40.332	4.277	6.814	7.772
2024	Alta do CDI	10.078	704	1.117	1.269
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima se referem à despesa de juros em seus respectivos cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos naquele ano.

O cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários, considerando-se as taxas futuras do CDI e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um aumento das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito aos equivalentes de caixa. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez--A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Em 30 de setembro de 2021, não houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias. A dívida líquida consolidada da Companhia pode ser assim composta:

	30.09.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos	210.304	263.132
Arrendamentos a pagar	336	920
Caixa e equivalentes de caixa	(17.646)	(12.837)
Títulos e valores mobiliários	(1.940)	(1.894)
	-----	-----
Total da dívida líquida	191.054	249.321
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	320.486	283.293
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	511.540	532.614
	=====	=====

18. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada, a Companhia concluiu que possui somente um segmento operacional.

A Companhia possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (brins) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

A Administração da Companhia também gerencia seus negócios por região geográfica. As regiões de negócios destacadas são: Brasil e Outros países (Argentina e EUA, principalmente).

Abaixo a Companhia apresenta as informações consolidadas por região geográfica:

	Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020
Vendas Líquidas:		
Brasil	382.658	294.962
Outros países	92.616	48.147
	-----	-----
	475.274	343.109
	=====	=====

19. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e a sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos de terceiros	(365.638)	(239.811)
Remuneração e benefícios a empregados	(60.466)	(53.124)
INSS	(12.881)	(10.805)
Depreciação e amortização	(9.231)	(9.261)
Variação dos estoques em processo e acabado	(44)	(13.787)
	-----	-----
	(448.260)	(326.788)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020
Custo dos produtos vendidos	(397.136)	(283.052)
Vendas	(32.927)	(26.161)
Gerais e administrativas	(15.747)	(15.217)
Honorários da administração	(2.450)	(2.358)
	-----	-----
	(448.260)	(326.788)
	=====	=====

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado do período:

	Consolidado	
	30.09.2021	30.09.2020
RECEITA OPERACIONAL:		
Receitas brutas	562.307	411.921
Deduções das receitas	(87.033)	(68.812)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	475.274	343.109
	=====	=====

21. LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação foi calculado como segue:

	30.09.2021	30.09.2020
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	36.172	(1.575)
Resultado atribuído à:		
Ações ordinárias	11.600	(505)
Ações preferenciais	24.572	(1.070)
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	38.041.111	38.041.111
Preferenciais	73.258.019	73.258.019
	-----	-----
	111.299.130	111.299.130
	-----	-----
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:		
Ações ordinárias - R\$	0,3049	(0,0133)
Ações preferenciais - R\$	0,3354	(0,0146)
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o lucro (prejuízo) básico por ação é igual ao lucro (prejuízo) diluído por ação.

* * * * *